

**Investimentos Culturais e Desenvolvimento Socio-económico:  
contributos para a compreensão da relação entre Cultura e  
Desenvolvimento. Case-study: Montemor-o-Novo.**

**Lisneyde de Abreu**

Departamento de Geografia da Faculdade de Letras  
da Universidade de Lisboa



**Colóquio Ibérico de Estudos Rurais  
Cultura, Inovação e Território**

**Coloquio Ibérico de Estudios Rurales  
Cultura, Innovación y Territorio**

**Coimbra, Portugal**

**Outubro / Octubre 23-25, 2008**

**Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território**

## Resumo

*Em função de uma incapacidade de explicação das assimetrias que assolavam os padrões territoriais, foi iniciada nos anos 80 sobre a problemática de um desenvolvimento territorial capaz de responder cabalmente aos problemas e às necessidades de cada região (prioritários) através da mobilização dos seus recursos endógenos, nomeadamente o capital humano, mas respeitador da especificidade das suas organizações sociais e económicas e das características culturais do meio. A Cultura assume, neste quadro, um papel importante pelos contributos positivos para a dinamização da economia das regiões, para a qualificação do capital humano, e pelo contributo transversal para a resolução dos diversos desafios regionais. A presente comunicação procura reflectir sobre o impacto das políticas culturais face aos objectivos que concretizam o desenvolvimento socioeconómico de um lugar, Montemor-o-Novo, através da aferição do ajuste entre as estratégias operadas e seus resultados subsequentes (avaliação em planeamento).*

**Conceitos-chave: desenvolvimento local; política cultural; avaliação em planeamento – utilidade; avaliação em planeamento – sustentabilidade.**

## Introdução

A problemática do desenvolvimento regional e as suas discussões mais recentes têm ganho relevo no âmbito das reflexões associadas ao desenvolvimento e gestão do território, num contexto de maior imprevisibilidade das estruturas sociais, geradoras da debilidade das actuais teorias de ordenamento e planeamento regional. O âmago dessas discussões assenta num conjunto de teorias que constituem um *novo* enfoque aos problemas regionais, a uma escala local, privilegiando o respeito pelas especificidades das instituições locais – *desenvolvimento local*, pressupondo uma análise das estruturas económica, social e institucional à escala regional e local, para um correcto entendimento dos padrões de organização dos territórios que compõem as regiões.

Pensar *Cultura* em Geografia não é algo incipiente, dado já o reconhecimento oficial da importância desta *disciplina* para o entendimento das estruturas que envolvem a manipulação dos espaços, realizado com a institucionalização da mesma, em ramo próprio, no século XIX. A Cultura é, quotidianamente, um dos elementos indispensáveis nos diagnósticos sociais no processo de desenvolvimento territorial, embora esteja usualmente conotada com “lazer” e analisada sobretudo na sua perspectiva material (o património, por exemplo). Torna-se pertinente a sua inclusão nas questões da organização territorial, uma vez que no contexto globalizante que vivemos, os territórios são diferenciados e considerados competitivos consoante as suas especificidades – vantagens derivadas da atractividade das suas estruturas sociais, dos seus recursos ou mesmo da tecnologia, para além da questão dos mercados, que podem ser significativamente potencializados diversificados através da exploração da fileira cultural. Isto significará, portanto, contributos positivos para uma eficiência económica, melhoria da qualidade ambiental, aumento da equidade social e da participação cívica, assim como ao nível da expressão cultural e identitária dos lugares – os elementos nos quais se encerram os objectivos da coesão territorial (COSTA, 2007).

## Políticas culturais e Avaliação em Planeamento

No que concerne à concretização da Cultura num quadro legal, as políticas culturais (orientações definidas para o sector cultural, orçamentadas e temporalmente demarcadas) radicam, no caso português, em 3 grandes pressupostos, sendo o principal a democratização da cultura, dado o contexto político de onde emergem. As mais recentes apresentam uma clara intenção de desenvolvimento e com uma preocupação notória relativamente à criação de riqueza, à dinamização do emprego e à competitividade dos territórios – um estudo recente sobre a Economia da Cultura, da Comissão Europeia (2006) apresenta alguns dados acerca da repercussão do sector cultural (UE), nos domínios social e económico – em 2003, foi responsável por cerca de 3% no PIB europeu (valor superior nos países mais desenvolvidos), tendo crescido mais 12% do que a taxa média de crescimento das actividades económicas e empregando cerca de 6 milhões de habitantes, o que corresponde a cerca de 3% do emprego na então Europa dos 25; note-se, em Portugal, o aumento significativo dos encargos dos agregados familiares portugueses com os bens culturais. (COSTA, 2007). Em termos gerais, têm-se traduzido em esforços no sentido de uma melhor articulação da cultura com outros sectores da sociedade civil e do poder, assim como no sentido de uma verdadeira democratização cultural – pelo menos no que respeita ao acesso universal aos bens culturais; tem-se definido uma primazia do sector do património sobre todos os outros sectores culturais; tem-se assistido a uma descentralização das responsabilidades culturais do Estado, quer para o Poder Local, quer sob a forma de um apoio progressivo ao mecenato cultural; tem-se assistido a um esforço por parte da Administração Central no sentido de estabelecer uma rede de cooperação e colaboração entre os agentes culturais, as instituições e o Estado; tem-se assistido a uma maior sensibilidade face à questão profissionalizante no sector da cultura.

Outro reflexo disto é a existência de um instrumento de programação autónomo para este domínio, transversal a outros instrumentos de programação sectoriais e regionais (quer em termos nacionais com o “Programa Operacional da Cultura” no III Quadro Comunitário de Apoio, quer em termos europeus, com as experiências antecessoras dos programas *Kaleidoscope*, *Ariane* ou *Raphael*, ou mesmo das “Capitais Europeias da Cultura”), ou mesmo um padrão de crescimento de investimentos culturais realizados pela generalidade dos municípios portugueses, na última década (HENRIQUES, 2003).

A adopção da directiva da obrigatoriedade da avaliação à generalidade dos usos dos fundos estruturais implicou também uma reflexão acerca do destino dos fundos comunitários aplicados em programas sectoriais pioneiros para a Cultura como *Kaleidoscope* e *Raphael*, tendo os resultados estado a favor da continuidade do financiamento em programas temáticos para a Cultura pelos impactes positivos por estes gerados. O relatório da segunda avaliação intercalar do programa Cultura 2000 (2006) contém algumas considerações acerca dos resultados da aplicação deste programa, o principal meio de financiamento e programação das actividades no domínio cultural e de cooperação cultural em vigor na União Europeia e abrangente do período temporal da investigação. De acordo com a entidade avaliadora, o programa atingiu os objectivos previstos, tendo dado resposta às necessidades iniciais e actuais no domínio cultural, pelo que se comprova a necessidade de existência de um programa especificamente consagrado ao domínio cultural, situação preferível à mera inclusão de uma vertente cultural noutros programas europeus. O programa permitiu ainda colmatar algumas falhas a nível de cooperação transfronteiriça e criar novas iniciativas de cooperação entre os agentes, através de novas ligações ou do reforço de ligações já existentes, apesar de algumas limitações do mesmo, em termos de distribuição do financiamento e da necessária resolução de alguns entraves burocráticos que inviabilizam o processo. Já o relatório de execução do Programa Operacional da Cultura 2000-2006, de 2004, que já integra as recomendações da avaliação intercalar, apresenta algumas considerações como uma melhor articulação com os restantes programas sectoriais e regionais nos quais haja incidência directa no sector da cultura, uma necessária reprogramação financeira do programa a par da reformulação do seu sistema de indicadores (criação de novos indicadores para Eixos e Medidas, assim como dos indicadores de resultado,

directamente associados às metas para o fim do programa), uma maior abertura do programa à população e aos agentes económicos, a par da dinamização de um sistema de acompanhamento dos programas (regime *follow-up*), entre outros.

## **Montemor-o-Novo**

O concelho de Montemor-o-Novo localiza-se na NUTE III Alentejo Central, pertencendo ao distrito de Évora; tem como concelhos fronteiriços Évora, Estremoz ou Vendas Novas e uma área de aproximadamente 1200 km<sup>2</sup> (cerca de 17% da área total da NUTE III Alentejo Central), que se divide por dez freguesias, oito delas com tipologia de freguesias predominantemente rural. Apresenta importantes influências pela proximidade ao concelho de Évora (sede de distrito e cidade-pólo do sistema urbano do Alentejo) e pela presença de eixos viários de hierarquia superior, com ligação às cidades de Évora, Lisboa e Madrid (A6).

Em termos demográficos apresenta uma dinâmica muito semelhante aos restantes concelhos do Alentejo Central: flutuação demográfica entre as décadas de 60 e de 80, altura em que assume uma tendência de variação de população negativa; saldo natural negativo, mais incidente nas freguesias rurais do concelho e que se verifica até ao período censitário mais recente (2001); duplo envelhecimento demográfico, pela diminuição significativa da população dos estratos mais jovens e um aumento da população dos estratos mais idosos, o que se reflecte num índice de envelhecimento bastante significativo, um dos mais elevados da NUTE III em que se insere. Relativamente às qualificações da população, apresenta uma taxa de analfabetismo bastante significativa, por si só explicativa da baixa qualificação da mão-de-obra, mas coadjuvada pela porção também significativa de população que apresenta como grau de instrução apenas o ensino primário; todavia, apresenta também uma porção de expressiva de população com qualificação superior, possivelmente pela oferta educativa que se estende até ao ensino secundário e à relativa proximidade à cidade de Évora, com oferta de ensino a nível superior.

A estrutura económica do concelho apresenta uma elevada representatividade de actividades económicas do sector terciário, nomeadamente no domínio da Administração, embora seja ainda evidente uma proporção bastante significativa de população empregue nos outros sectores, o que particularmente incidente nas freguesias rurais (destaque para a dinamização industrial). Atentando ao tecido empresarial, o concelho é característico por uma elevada presença de empresas vocacionadas para o sector terciário, muito embora pouco diversificadas (concentradas no imobiliário, informática e serviços pessoais) e pouco dinâmicas (incapacidade de produzir para um mercado exterior ao do concelho). A cultura assume, em Montemor-o-Novo um papel de relevo, pelo constante apoio do concelho para a melhoria das condições necessárias à criatividade. De facto, o concelho tem realizado ao longo das últimas décadas um esforço significativo no sentido de uma maior e mais equitativa oferta de bens culturais para a sua população, com os objectivos de manutenção de uma identidade local, educação cultural e de formação para a cidadania. Esse esforço tem sido concretizado na melhoria das condições infra-estruturais dos equipamentos culturais (requalificação e maior conservação dos equipamentos culturais ou mesmo construção de raiz), na diversificação e consolidação de uma oferta cultural de qualidade e na consolidação da articulação com outros agentes de desenvolvimento. A realização disto só tem sido possível com a procura da consolidação da relação existente entre os agentes de desenvolvimento (não circunscritos à escala local, mas também às escalas regional, nacional e internacional) com manifestas preocupações no domínio da cultura e que se tem traduzido na produção de acordos e de parcerias, envolvendo recursos e pessoal especializado. O resultado desta aposta traduz-se numa certa especialização económica do concelho para as questões culturais, na progressiva constituição de Montemor-o-Novo com um pólo de Turismo Cultural de qualidade reconhecida quer a nível nacional, quer a nível europeu, apesar de uma diminuição do aumento das receitas para a Cultura.

Quadro 1. Principais Forças e Fraquezas no desenvolvimento territorial de Montemor-o-Novo.

Posição	Forças	Fraquezas
1	Proximidade geográfica a Lisboa, Évora e Madrid (geração de impactos sobre fluxos monetários e de pessoas)	Envelhecimento bastante significativo (problemas de sustentabilidade das estruturas sociais).
2	Tendência enraizada de inovação social (resposta precoce e eficaz a problemas sociais).	Analfabetismo e falta de qualificações bastante significativo (fraca qualificação da mão-de-obra).
3	Oferta diversificada de Formação Profissional (alternativa ao currículo escolar oficial).	Inexistência de serviços prestados às empresas (afecta as existentes e as potenciais).
4	Apoio ao desenvolvimento económico (programas para as empresas e cidadãos individuais).	Fraca dinâmica empresarial (produção restrita a mercado interno).
5	Oferta cultural diversificada (potencia um Turismo Cultural de qualidade).	Ausência de estratégia/visão de conjunto entre economia e cultura (ausência de objectivos e metas a alcançar).

## Os projectos culturais implementados ao abrigo do Programa Operacional da Cultura:

Foram recebidas em sede da entidade gestora do Programa Operacional da Cultura seis candidaturas<sup>1</sup> a comparticipação de projectos por entidades sitas em Montemor-o-Novo, para o período de programação 2001-2006, de um total de 17 registados pela NUTE III em que insere, tal como indicado no quadro abaixo apresentado:

Quadro 2. Apresentação dos projectos culturais realizados ao abrigo do Programa Operacional da Cultura, em Montemor-o-Novo. (fonte: Formulário de Candidatura dos Projectos, Entidade Gestora do POC)

EIXO	DESIGNAÇÃO DA MEDIDA	NOME DO PROJECTO	MONTANTE AFECTO	OBJECTIVOS DO PROJECTO
1 – Valorização do Património Histórico e Cultural	1 - Recuperação e Animação de Sítios Históricos e Culturais	III Simpósio Internacional de Escultura de Terra (Cota)	153.030,06€	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgação e promoção da escultura em terra crua;</li> <li>Promoção dos recursos da região;</li> <li>Estímulo para o Turismo Cultural;</li> <li>Sensibilização da população para a recuperação de saberes já perdidos.</li> </ul>
		Musicalidades 2001	40.552,84€	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valorização efectiva de espaços de elevado valor arquitectónico e artístico;</li> </ul>

<sup>1</sup> Foram, de facto, contabilizadas seis candidaturas, mas uma delas foi cancelada, pelo que os projectos em estudo dirão apenas respeito aos projectos indicados no quadro.

• Criação de uma oferta cultural diversificada e de qualidade, capaz de contribuir para a procura e

				crescimento do público ou ainda para a criação de novos públicos.
		Recuperação e Adaptação da Igreja de S. Tiago	384.981,96€	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservação e conservação de património de elevado valor arquitectónico;</li> <li>• Contributos para a reabilitação arquitectónica do lugar, através da instalação de um novo equipamento, potenciadores de uma maior valorização do mesmo;</li> <li>• Criação de um espaço com funções de educação cultural dos utentes acerca do espaço arquitectónico que os rodeia e da evolução da cidade.</li> </ul>
2 – Promoção do Acesso aos Bens Culturais	1 - Criação de uma Rede Fundamental de Recintos Culturais	Digressão da Companhia Nacional de Bailado (2001)	53.540,97€	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Montemor-o-Novo como pólo de itinerância e de circulação artística nacional;</li> <li>• Criação de uma oferta cultural diversificada e de qualidade, capaz de contribuir para a formação do público.</li> <li>• Potenciar o investimento realizado em infra-estruturas culturais.</li> <li>• Melhoria do acesso a bens culturais de maior qualidade.</li> </ul>
		Digressão da Companhia Nacional de Bailado (2002)	58.219,33€	

Quadro 3. Investimento Aprovado e Executado afecto aos projectos culturais realizados em Montemor-o-Novo, ao abrigo do Programa Operacional da Cultura. (fonte: Formulário de Candidatura dos Projectos, Entidade Gestora do POC)

Identificação do Projecto	Aprovado (€)		Executado (€)		Tx. De Execução
	Investimento	Comparticipação (FEDER)	Investimento	Comparticipação (FEDER)	
III Simpósio Internacional de Escultura de Terra (Cota)	159.381,71	116.356,44	153.030,06	110.073,87	96%
Musicalidades 2001	40.395,27	30.296,45	40.552,84	28.781,39	100,4%

Recuperação e Adaptação da Igreja de S. Tiago	<b>327.453,53</b>	–	<b>384.981,96</b>	<b>163.726,79</b>	<b>117,6%</b>
Digressão da Companhia Nacional de Bailado (2001)	<b>52.373,78</b>	<b>39.280,34</b>	<b>53.540,97</b>	<b>36.993,18</b>	<b>102,22%</b>
Digressão da Companhia Nacional de Bailado (2002)	<b>55.865,00</b>	<b>41.898,75</b>	<b>58.219,33</b>	<b>36.514,19</b>	<b>104,21%</b>
<b>Σ</b>	<b>635.469,29</b>	<b>227.831,98*</b>	<b>690.325,16</b>	<b>376.089,42</b>	<b>104,08%</b>

A avaliação dos resultados será de maior fiabilidade na verificação financeira, em função de não terem estado disponíveis para análise os elementos reais referentes à verificação “física” dos mesmos – esta informação foi aferida através das entrevistas realizadas com as entidades de Montemor-o-Novo. O quadro acima construído pretende apenas apresentar a relação financeira existente entre os montantes aprovado e executado para cada projecto, a par das suas comparticipações – a comparticipação inicialmente aprovada, face à comparticipação “realmente” executada. Uma vez que não dispomos dos dados financeiros que constam neste quadro referentes aos valores programados aplicados à região (NUTE III Alentejo Central) e ao concelho, não será possível fazer uma análise das taxas de compromisso; a análise aqui efectuada recairá sobre os valores executados e centrar-se-á na dinâmica concelhia.

Os cinco projectos homologados pelo concelho no âmbito do programa apresentaram um custo de 635.469,29€ em termos de investimento aprovado. As características dos projectos permitem-nos distinguir aqueles que se referem directamente à construção/remodelação de infra-estruturas e aqueles vocacionados para a dinamização/animação dos equipamentos. Neste caso 48,5% do financiamento aprovado pertence a esta última categoria, sendo o único projecto de tipologia construção/remodelação de infra-estruturas culturais responsável por 51,5% do financiamento aprovado. Em termos de comparticipação pelo FEDER, importa referir que esta deverá representar mais de 50% do investimento aprovado – valor estimado, dado que não possuímos informações sobre as comparticipações de todos os projectos.

O investimento executado pelo concelho está relativamente próximo àquele aprovado. De facto, registou-se apenas um aumento de 8%, em parte justificado pela diferença entre o investimento aprovado e o executado no projecto da recuperação da igreja – cerca de 50 000€, um aumento de 17%, que não equilibrou os outros projectos nos quais a variação entre o valor aprovado e o valor executado é maioritariamente negativa a quase nula. Relativamente à área envolvente (NUTE III), o valor do investimento executado total pelo concelho representa cerca de 18,4% do investimento executado total pelo Alentejo Central. Tal como é comum pela maioria dos projectos do programa, o valor da comparticipação executada diminui relativamente à execução prevista ou aprovada. No que concerne à distribuição do investimento pela tipologia estabelecida anteriormente, 44,23% do financiamento foram reservados aos projectos de dinamização/animação dos equipamentos, sendo que os restantes 55,77% foram encaminhados para o único projecto de recuperação de igreja. É ainda importante referir, que relativamente a projectos<sup>1</sup> semelhantes no Alentejo Central, regista-se uma diferença de 15% entre o valor médio dos mesmos e o valor do projecto realizado em Montemor-o-Novo.

<sup>1</sup> Importa referir que o projecto de recuperação da igreja, em Montemor-o-Novo é da responsabilidade da Administração Local, enquanto que os do Alentejo Central são na sua maioria, da responsabilidade de institutos públicos ou outras entidades.

No que concerne à taxa de execução, indicativa da relação existente entre o investimento executado e o investimento aprovado, é notório que a taxa média é superior a 100%, o que significa um desvio face ao valor inicialmente aprovado. De facto, em ambos os eixos, a taxa de execução é superior a 100% - no primeiro, é de cerca de 104,6%; no segundo, é de cerca de 103%. Se analisarmos os projectos pelas tipologias que definimos anteriormente, verificamos que os projectos de dinamização/animação dos equipamentos culturais apresentam uma taxa de execução muito próxima dos 100% (100,7%), contra os 117% do projecto referente à criação de infra-estruturas. Neste caso concreto, pensamos que se pode explicar esta diferença pelo facto de que é comum à maioria dos projectos desta índole esta diferença entre o aprovado e o executado (não só neste programa como noutros programas operacionais regionais), provavelmente pela variação do preço dos materiais de construção e do valor da mão-de-obra, algo especializada – é necessário não esquecer que existe neste local um sítio arqueológico, pelo que quaisquer alterações infra-estruturais devem ser sensíveis a este elemento.

## **Os projectos e o desenvolvimento do concelho.**

A análise dos impactos dos projectos reflectindo primeiro sobre a relação entre os seus efeitos e um conjunto de necessidades de partida, que cremos ser evidente na reflexão posterior acerca dos efeitos dos projectos nas grandes opções do plano.

A análise das matrizes<sup>1</sup> realizadas indicam-nos que os objectivos dos projectos parecem adequar-se mais às forças do que às fraquezas, o que significa, necessariamente, um maior reconhecimento daquelas em detrimento destas. Indica-nos também que os objectivos que mais se adequam às necessidades de partida foram as relativas à constituição do concelho como um pólo de itinerância artística, à promoção do Turismo Cultural e à promoção dos recursos culturais e turísticos autóctones.

No que concerne às forças a matriz criada indica-nos que os objectivos que mais se adequam às necessidades de partida são aos anteriormente referidos. Cremos que é aqui de destacar que os efeitos mais significativos verificar-se-ão na esfera da economia, a médio-longo prazo, fundamentalmente pelos efeitos decorrentes do incremento do turismo (não exclusivamente cultural). Já no que concerne às forças, as mais beneficiadas pelos projectos terão sido naturalmente a diversificação da oferta cultural, a diversificação da oferta da formação profissional (se devidamente enquadrada e articulada com as actividades culturais – ou seja, efeito *indirecto*), e a referente à inovação social pela dinamização das estruturas associativas existentes para a preservação e divulgação de saberes, pela generalização do acesso aos bens culturais e pelas funções educativas que podem desempenhar.

No que concerne às fraquezas que mais seriam atenuadas com estes objectivos, estas seriam as relativas à ausência da estratégia para a cultura e economia e à qualificação da mão-de-obra. Isto significaria alterações necessárias para o sector da cultura, decorrentes da constituição do dito pólo, ao nível da programação, do estabelecimento de metas e de objectivos, assim como alterações no quadro de qualificações decorrentes de uma maior exposição dos habitantes a elementos exógenos ou que não são naturalmente valorizados ao seu meio – como por exemplo, o sector das novas tecnologias, ou mesmo as necessárias decorrentes de uma maior procura de mão-de-obra.

---

<sup>1</sup> As matrizes em questão remetem para o *Anexo* de matrizes, instrumento privilegiado para identificação de padrões na relação entre elementos diferentes – *Grandes Opções do Plano (2001-2006)*, *Matriz SWOT (produção própria)* e *Objectivos dos Projectos*. Este é parte integrante do projecto de investigação homólogo realizado para efeitos de conclusão da licenciatura em Geografia, Planeamento e Gestão do Território 2007/2008, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mas não foi aqui inserido por limitações de espaço.



Este contexto é concordante com a análise sob uma outra perspectiva, na qual se relacionam os objectivos dos projectos e as opções do plano, dado que, em situação ideal, estas seriam definidas para valorizar as forças e atenuar as fraquezas evidenciadas. De facto, são os mesmos objectivos que mais se adequam ou maior relação apresentam face às opções do plano – desenvolvimento do turismo cultural e valorização dos recursos culturais e turísticos endógenos, face ao desenvolvimento cultural e desportivo para a cidadania, as preocupações com o desenvolvimento económico e o emprego e com a inovação.

Considerando ainda a tipologia de impactos adoptada pela equipa que procedeu à actualização da avaliação intercalar do Programa Operacional da Cultura (impactos directos, indirectos e induzidos) ensaiamos uma sistematização dos principais efeitos dos projectos estudados, na qual se verifica que os projectos relacionados com a dinamização/animação dos equipamentos são, por si, capazes de gerar efeitos mais significativos e sustentáveis, do que os relacionados com a construção/remodelação das infra-estruturas, como é visível no quadro abaixo indicado.

Quadro 4. Tipos de Efeitos previstos consoante tipologia de projectos.

Tipologia de Projectos	Tipo de Efeitos		
	Directos	Indirectos	Induzidos
<b>Construção/remodelação de infra-estruturas.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emprego (ocasional).</li> <li>• Conservação do património.</li> <li>• Aumento do n.º de equipamentos disponíveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alargamento de públicos.</li> <li>• Turismo Cultural e de outros tipos.</li> <li>• Aumento das receitas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Marketing Territorial (aumento das condições de atractividade do território).</li> </ul>
<b>Dinamização/animação de equipamentos.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emprego (permanente).</li> <li>• Aumento do n.º de visitantes.</li> <li>• Aumento das receitas dos equipamentos.</li> <li>• Aumento do n.º de turistas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento dos serviços para as empresas.</li> <li>• Diversificação do tecido empresarial.</li> <li>• Qualificação da população.</li> <li>• Fomento da criatividade e inovação.</li> <li>• Constituição de uma estratégia para o sector da cultura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Montemor-o-Novo como pólo de itinerância artística e de criatividade nacional.</li> <li>• Alterações na estrutura económica do concelho.</li> <li>• Alterações no nível de vida dos habitantes (em termos de rendimentos).</li> </ul>

## Notas Finais

O concelho de Montemor-o-Novo é nacional e internacionalmente reconhecido como sendo um espaço de criatividade, um lugar em que a Cultura assume um papel fundamental para a estratégia de desenvolvimento local. Quer se trate de planeamento económico ou de planeamento social, à partida, a importância da Cultura parece evidente.

O decorrer da investigação e a análise e articulação da informação, permitiram-nos uma ideia mais clara de como a Cultura se articula com o Desenvolvimento Local e com a Economia em Montemor-o-Novo e levantar algumas questões acerca de uma articulação ainda mais proveitosa para o concelho. No que concerne à relação acima identificada, esta é evidente quer nas preocupações da população e dos governantes, quer nos instrumentos de programação existentes (consagração da Cultura como opção estratégica de desenvolvimento). Isto decorre do carácter transversal dos seus impactos: directos, indirectos ou induzidos, reflectem-se numa qualificação dos lugares, na promoção/dinamização do turismo, no aumento dos visitantes, no contributo para a melhoria da qualidade de vida, a melhoria da qualificação da população, a diversificação

do tecido empresarial e a atractividade territorial. Consideramos, afinal, que poderá eventualmente ser também consequência da localização do concelho – inserção numa região deprimida, em que o tecido empresarial não é muito dinâmico, nem apresenta sensibilidade significativa às potencialidades apresentadas pelo sector da Cultura; é, todavia, interessante que face a esta situação, seja aparentemente no domínio económico que se mais se verifiquem efeitos (principalmente os directos e os indirectos) previstos da actuação da Cultura.

No que concerne aos investimentos, e portanto à relação entre Cultura e Economia, notámos que subsiste uma certa tendência de aposta sobretudo em investimentos para construção, alteração ou transformação de infra-estruturas, em detrimento dos projectos vocacionadas para a sua dinamização (isto em termos de inserção no programa). Relativamente à execução financeira e física, não temos grandes elementos sobre os quais reflectir: uma execução física total, conjuntamente com uma execução financeira pouco superior a 100%, mas que pela leitura de bibliografia complementar, consideramos ser normal num programa de larga escala (o caso do programa operacional em causa). Pensando que eventualmente poderá corresponder às possibilidades de financiamento oferecidas, cremos, todavia, que essa tendência não acompanha o ritmo de propostas de dinamização desses mesmos espaços – isto é visível pela proporção de projectos colocados ao abrigo do eixo um (1) do programa operacional da Cultura (valorização da “pedra”), relativamente ao eixo dois (2) (dinamização da “pedra”). Achamos também interessante que a probabilidade de se verificarem efeitos positivos a curto-médio/longo prazo seja paradoxalmente maior nos projectos do eixo dois (2), no qual a preocupação com a dinamização dos espaços de forma cíclica é essencial, face ao outro eixo do programa.

No que concerne às *stakeholders*, e portanto à relação entre Cultura e agentes de desenvolvimento, verificamos que no caso de Montemor-o-Novo, existe uma preponderância de projectos idealizados por outras entidades que não a Administração Local. Pensamos que isto poderá ser reflexo directo da longa tradição associativa que se vive no concelho e na relação que a Administração Local tem com as associações – lógica de transferência progressiva de responsabilidade e de poder de decisão para estas últimas. Achamos, contudo, interessante, que não se verificaram propostas individuais, nem em conjunto, nem com o objectivo principal de beneficiar um dos agentes de desenvolvimento mais importantes do concelho – a escola, dado que esta é uma das principais responsáveis pela qualificação da população, uma das principais fraquezas do concelho. É também relevante que a localização espacial das stakeholders dos projectos em causa se limite às freguesias urbanas do concelho.

Não podemos, também, deixar também de reflectir sobre a dinâmica de criação de projectos do concelho. De facto, o concelho criou apenas cinco projectos, representando cerca de 16,5% do total de projectos criados pelos concelhos do Alentejo Central. Pensamos que isto pode derivar de três factores distintos: (1) de uma longa tradição cultural no concelho, sem grande ingerência de programas nacionais e fundos europeus, que tem tido resultados notoriamente positivos; (2) da estrutura do programa, que privilegia, em certas acções (as mais requisitadas...) a actuação nas sedes de distrito; (3) a gestão do programa, que de acordo com os entrevistados é significativamente politizada e centralizada em Lisboa, criando obstáculos para uma melhor implementação do programa.

Em termos académicos, reconhecemos que o trabalho apresentado representa apenas um pequeno contributo para o entendimento da complexidade da relação entre Cultura e Desenvolvimento, num contexto rural e que é válido por colocar questões acerca do modo como estas se concretizaram num espaço, em determinado período de tempo, esperando que o resultado desta análise esteja na base das características da relação para o período posterior (2007-2013). Ao longo do trabalho de campo, foram-nos sugeridas diversas perspectivas para aprofundar esta questão, tais como: a relação que existe entre os agentes de desenvolvimento (que agentes? que critérios?) no contexto cultural; o peso do investimento em cultura face aos

outros investimentos realizados nos concelhos (por exemplo, os referentes às obras estruturais ou à educação); as características dos projectos (de montante à jusante); as relações entre os projectos e outros aspectos concretos como o comércio e o ordenamento do território (gestão urbana); as reais características do público em Montemor-o-Novo; uma perspectiva dos investimentos culturais, mas espacializada – para as freguesias rurais (que benefícios? Que obstáculos? Existe rentabilidade?), entre outros aspectos. Pensamos que, dada a fraca tradição de avaliação de efeitos da Cultura sobre o território, estas perspectivas são igualmente válidas para uma visão holística do fenómeno.

Consideramos, em última análise, que acompanhando a tendência de corte orçamental para a cultura, em Montemor-o-Novo, e caso se pretenda continuar a tendência de resultados positivos que se tem mantido até agora, é útil ter em atenção alguns aspectos para o próximo período de programação:

(1) É recomendável a existência de uma estratégia do concelho para a cultura. Esta deverá ser estruturada em torno de uma visão estratégica, concretizada em metas e objectivos específicos. Será ainda mais proveitosa se resultar de uma visão conjunta das principais stakeholders do concelho – do sector económico (agricultura, indústrias, empresas), do sector social (educação, saúde, acção social e emprego), e do próprio sector cultural (os artistas e os grandes agentes, como o Espaço do Tempo). Para que tal aconteça, poderá ser necessário a criação de um grupo especialmente vocacionado para as questões da Cultura – deverá ser autónomo da gestão camarária ou, caso tal não seja possível, o mais representativo dos diversos interesses sociais possível. Tão importante quanto isto, isto exigirá uma caracterização o mais apurada possível do que realmente se entende por práticas culturais no concelho. Isto permitirá a negociação/adaptação/aceitação de uma determinada opção de desenvolvimento cultural que é socialmente reconhecida, assim como contribuirá activamente para um reconhecimento dos direitos e dos deveres dos cidadãos (prossecução da formação para a cidadania e manutenção de uma identidade local).

(2) Como alternativa à formulação da estratégia, é recomendável que se faça, no mínimo, um verdadeiro balanço, no final do período de actividades, acerca dos resultados produzidos pelas mesmas. Deverá ser nesse balanço que se fundamentam as actividades do período posterior, dado que a partir deste é possível reconhecer tendências, boas/más práticas ou até mesmo modos de redução dos recursos, mas sempre em virtude da manutenção da tendência dos resultados. O mesmo deverá ser suficientemente representativo de todas as actividades que acontecem no concelho, ao invés de se especializar num evento em particular e, se possível, discutido com elementos reconhecidos da sociedade civil, de modo a que se obtenha um feedback menos parcial da actividade das instituições. Isto pode ser concretizado na comparação dos resultados dos projectos, por tipologia e na sua totalidade, com um sistema de indicadores representativos do desenvolvimento do concelho.

(3) Recomendamos também, que no caso dos programas operacionais, seja feita uma leitura anterior de como o programa pode ser útil para a atenuação das fraquezas e antecipação das ameaças do concelho (podem ser as reconhecidas nas opções do plano), hierarquizadas em sistema de prioridades, uma vez que essa é a única maneira de os eventuais projectos apresentarem, de facto, efeitos significativos para o concelho. Isto poderá significar uma exploração das fileiras menos conhecidas do programa, mas por norma, mais desafogadas financeiramente – o caso das novas tecnologias no POC (Medida 2, Eixo 2), que apresentava efeitos em termos da inovação cultural pretendida, assim como da qualificação da população, assim como poderia apresentar efeitos em termos da diversificação do tecido empresarial.

## **Referências bibliográficas**

BACHTLER, J. e MICHIE, R. (1995) – “A new era in EU regional policy evaluation? The appraisal of the structural funds.” in *Regional Studies*, Vol. 29, n. ° 8, pp. 745-751.

COMISSÃO EUROPEIA (1999) – “The value added of evaluation”, in *Evaluation socio-economic programmes*, Colecção MEANS, Vol. 3, Luxemburgo, Ed. O.O.P.E.C., pp. 17-47, presente no Caderno de Textos da disciplina Metodologias de Avaliação em Planeamento, do ano lectivo 2006/2007, da responsabilidade da professora Dra. Eduarda M. Costa.

COSTA, P. (2007) – *A Cultura em Lisboa: competitividade e desenvolvimento territorial. Lisboa*, Edições ICS. 475 pp.

FIGUEIREDO, A. (2002) – “As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional” in COSTA, J. (coord.) (2002) – *Compêndio de Economia Regional*, Coimbra, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. Capítulo 12, Parte III – As políticas públicas.

*Formulários de Candidatura dos projectos homologados, referentes ao concelho de Montemor-o-Novo*. Entidade gestora do Programa Operacional da Cultura, Março de 2008.

*Grandes Opções de Plano e Orçamento e Relatório de Contas*. Divisão de Desenvolvimento e Planeamento Económico da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. 2001-2006.

HENRIQUES, E. B. (2003) – “0. Enquadramento ou o património face à renovação dos estudos culturais em Geografia” in HENRIQUES, E. B., *Cultura e Território, das Políticas às Intervenções – Estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda*. Tese de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Universidade de Lisboa, pp. 13-47.

*Relatório da segunda avaliação externa intercalar do Programa Cultura 2000*, da responsabilidade da Comissão Europeia para o Conselho Europeu, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões. Bruxelas, 2006.

*Relatório de Execução do Programa Operacional da Cultura 2000-2006*. Entidade gestora do Programa Operacional da Cultura, 2004.

*Relatório final da Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura 2000-2006*, da responsabilidade de Augusto Mateus & Associados em consórcio com GEOIDEIA, Estudos de Organização do Território, Lda. Lisboa, 2005. Parte I – O Programa Operacional da Cultura no período de programação 2000-2006: resultados e impactos esperados, Ponto 2: a Actualização da Avaliação Intercalar como exercício de aprofundamento analítico (análise em profundidade do programa).

SANTOS, D. (2002) – “A perspectiva territorialista” in COSTA, J. (coord.) (2002) – *Compêndio de Economia Regional*, Coimbra, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. Capítulo 4 – Modelos de Crescimento Regional, Parte I – Teorias e Modelos, pp.218-234.

SANTOS, M. L. (1998) – *As políticas culturais em Portugal. Relatório nacional: programa europeu de avaliação das políticas culturais nacionais*. Lisboa, Observatório das Actividades Culturais. 501 pp.

VALE, M. (2005) – *Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional. Programa da disciplina*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.